

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: A Crítica

Class.: Guajajara 380

Data: 11/05/94

Pg.: A3

Índio denuncia roubo de madeira

O líder Francisco Guarajil, do Conselho Tupy do Maranhão, que abrange os Estados do Mato Grosso, Pará, Maranhão e Amapá, denunciou ontem que o chefe do posto da aldeia, Clóvis Vianna, da Fundação Nacional do Índio (Funai), está incentivando o tráfico de madeiras de lei no município de Arame, no Maranhão, e utiliza os índios para executarem o trabalho de retirada das toras. Os índios da amazônia estão reunidos em Manaus, no parque do Mindu.

Francisco também denuncia a ganância de alguns índios que participam do esquema criado pelo chefe do posto e disse que este favorece aqueles que o apóiam e repele os demais, criando divisões entre as aldeias e confusão. Ao todo, são dez aldeias, distribuídas em uma área de 300 mil hectares.

Os índios Guajajaras são em número maior: 13 mil, além dos Capós, Canelas e Guajás. O líder pediu, na assembléia, que o Governo Federal tome providências com o chefe da Funai e a "compra" dos índios, que ele acredita que estão sendo manipulados, além da madeira de lei comercializada. "Existem áreas que estão sendo devastadas", disse Francisco.

Problemas comuns — O contrabando de madeiras de lei, como o mogno, cerejeira, samauma e copaíba, também é um problema de nações indígenas do sul do Amazonas e do Acre. A União das Nações Indígenas do Acre e Sul do Amazonas denunciou ontem o tráfico de toras por empresas madeireiras e ribeirinhos, que atuam sob o comando das empresas. O tráfico está sendo feito em duas áreas principais: em Kaxarari (onde vivem 150 índios) e Carapanã (200 índios). Também há a área indígena Água Preta, no sul do



Luiz Vasconcelos

O cacique Raoni fez um passeio ontem pelo parque do Mindu, onde denunciou fazendeiros pela demora na demarcação das terras indígenas através de pressão junto aos políticos

Amazonas, onde vivem 800 índios. Entre as empresas denunciadas estão a Mendes Júnior e a Marrasa.

Mulheres atuantes — A participação de mulheres indígenas tem marcado as discussões na assembléia. A Associação das Mulheres Indígenas do Distrito de Iararetê (Amidi), da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn), pediram auxílio para o financiamento do artesanato produzido pelas 500 mulheres da Associação. Elas habitam as áreas do rio Waupés, Papuri e baixo Waupés. O financiamento servirá para a compra de materiais e formas de vender o artesanato em diversos locais. Para Elizabeth Pinheiro, da diretoria da Associação, este é um trabalho que muitas vezes sustenta as necessidades básicas das famílias. "Este é o nosso trabalho e queremos uma forma de vendê-lo e divulgar o que fazemos", disse Elizabeth Pinheiro.

Cacique acusa fazendeiros

O cacique Raoni Metuktire, líder dos Caiapós, disse ontem que fazendeiros, garimpeiros e políticos - que em sua maioria possuem interesses contrários aos dos índios - são os principais responsáveis pela demora na demarcação de terras, tráfico de drogas, madeiras de lei e peixes em áreas indígenas, e as invasões nas reservas. Ele foi aplaudido quando disse que não gosta de políticos.

Raoni afirmou que a presença dos caiapós na Assembléia serve como um sinal de apoio, união e força. "Viemos dar nosso apoio aos nossos parentes e dizer que não vamos parar de lutar pelos nossos direitos", disse o líder caiapó. Quanto aos conflitos na área do Parque Nacional do Xingu, habitado pelos caiapós e outras tribos, Raoni disse que não existem problemas atualmente.

Paulo Roberto, da Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque, declarou que os 800 índios Waiampi, que vivem próximo à fronteira da Guiana Francesa, receberam doações de uma Organização Não-Governamental (ONG) da Alemanha, conhecida por GTZ, para executar a demarcação de terras. Paulo Roberto chamou o sistema de autodemarcação. Ele disse que as terras foram demarcadas e homologadas, mas como o Governo Federal não fez a demarcação.

Evasão — Outra declaração feita por Paulo Roberto foi a da grande quantidade de índios que estão indo para a Guiana Francesa, alegando que o sistema de saúde, sob responsabilidade da Fundação Nacional de Saúde (FNS), é precário, sem medicamentos para gripes, dores no estômago, malária e verminoses - que mais atingem os índios.